



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Relações Étnico-Raciais, Povos Indígenas, População Negra, Comunidades Tradicionais e Políticas Sociais

As vivências na universidade sob a perspectiva de uma estudante Kaingang da pós-graduação no enfrentamento cotidiano do racismo

Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira¹

Resumo. Este estudo resulta das experiências de uma pesquisadora Kaingang no diálogo com mulheres e acadêmicas Ava-Guarani, visando ampliar a visibilidade das trajetórias de estudantes indígenas, formadas por universidades públicas, num contexto de constituição de políticas de ações afirmativas. A pesquisa, qualitativa, abrange revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo, resultando na dissertação de mestrado da autora. Destaca os desafios enfrentados pelas acadêmicas indígenas ao se tornarem pesquisadoras intelectuais, protagonistas, sujeitas e autoras de conhecimentos por elas produzidos, inaugurando um momento inédito na história dos povos indígenas brasileiros, contribuindo para fortalecer as lutas indígenas e promover novas estratégias de resistência.

Palavras-chave: Educação Superior Indígena; Acadêmicas Indígenas; Mulheres Indígenas; Racismo.

Abstract: This study results from the experiences of a Kaingang researcher in dialogue with Ava-Guarani women and academics, aiming to increase the visibility of the trajectories of Indigenous students, graduated from public universities, in a context of establishing affirmative action policies. The research, qualitative, covers bibliographic review, documentary survey and field research, resulting in the author's master's thesis. It highlights the challenges faced by indigenous academics as they become intellectual researchers, protagonists, subjects and authors of the knowledge they produce, inaugurating an unprecedented moment in the history of Brazilian indigenous peoples, contributing to strengthening indigenous struggles and promoting new strategies of resistance.

Keywords: Indigenous Higher Education; Indigenous Academics; Indigenous Women; Racism.

¹ A Kaingang; Assistente Social; Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL); Mulher Semente da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) Endereço: Rua Seigo Oda, 22, Aragarças, Londrina/PR, CEP: 86038490 Telefone: (43) 98499-4501. E-mail: gilza_10@hotmail.com.



1. INTRODUÇÃO

Este texto é resultado da minha experiência como mulher Kaingang e pesquisadora que passa a vivenciar a educação superior como espaço e território de luta e resistência, como também de superação do racismo, tendo em vista suas fortes marcas ainda nos nossos percursos.

O texto reflete o meu encontro e os diálogos com mulheres pertencentes ao povo Ava-Guarani, também acadêmicas na educação superior pública, resultando na minha dissertação de mestrado. Os meus andarilhos passaram a se encontrar com os percursos feitos por essas acadêmicas tendo dentre vários temas, a questão do racismo por nós vivenciado cotidianamente na universidade.

Vivenciamos esse processo de ingresso e permanência na educação superior a partir da política estadual de educação superior indígena existente no Paraná desde o ano de 2002. Nesse contexto que emergem e passam a se constituírem novos sujeitos no universo indígena brasileiro e latino-americano, passando a ter acesso à educação superior e ao ambiente universitário enquanto estudantes, intelectuais, pesquisadores e profissionais indígenas. Segundo Amaral (2010), essa nova categoria, denominada como estudantes ou acadêmicos indígenas, se constitui ineditamente a partir do seu duplo pertencimento, ou seja, afirmando seu pertencimento acadêmico e seu pertencimento étnico-comunitário, simultaneamente. Assim, os percursos por nós empreendidos balizam o meu relato como indígena pesquisadora e as análises que apresentaremos neste trabalho.

Das vivências que relatamos enquanto acadêmicas indígenas neste texto, o racismo tem sido uma das mais perversas expressões de violência, subalternidade, desqualificação e exclusão a que convivemos. Por isso, as nossas narrativas contextualizadas em meio ao desenvolvimento das políticas afirmativas no Brasil, tornam-se mais potenciais provocando que tais políticas de afirmação de nossas presenças sejam também de enfrentamento permanente das diversas expressões do racismo.

2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA: O INGRESSO E PERMANÊNCIA DE MULHERES INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PARANAENSES

Entendo que refletir sobre o ingresso e permanência de indígenas na universidade e, principalmente, de mulheres indígenas alcançando esse nível da educação brasileira, tem sido fundamental como instrumento de luta e resistência.

Destaco que o Paraná foi pioneiro no país em implantar uma política estadual de educação superior indígena de acesso a cursos e universidades convencionais (AMARAL;



FRAGA; RODRIGUES, 2016; AMARAL, 2019; LUCIANO; AMARAL, 2021). A Lei Estadual n. 13.134 no ano de 2001, estabeleceu que cada universidade instituída ou criada pelo Estado deverá reservar anualmente três vagas para serem disputadas exclusivamente entre os indígenas integrantes das comunidades indígenas paranaenses. A referida lei foi alterada pela Lei n. 14.955, no ano de 2006, ampliando as vagas de três para seis, anualmente, em cada uma das sete universidades estaduais.

A primeira edição do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná se realizou em fevereiro de 2002, inaugurando o ingresso de estudantes indígenas de todo o estado nas universidades estaduais e, a partir de 2005, também na Universidade Federal do Paraná.

Os diversos relatos de indígenas ingressantes e egressos das universidades sinalizam que este espaço possibilitou vivenciar outros conhecimentos e relações tanto sociais, acadêmicas como culturais, seja de nosso autorreconhecimento como indígenas ou mesmo de ocultação dessa condição, considerando as profundas situações de racismo estrutural ainda existentes na educação superior. Luciano e Amaral (2021) destacam que muitas são as dificuldades e desafios de permanência de estudantes indígenas na universidade, seja por questões associadas à insuficiência dos valores do auxílio permanência seja pelas ausentes e/ou inadequadas estratégias de acompanhamento pedagógico pelas distintas IES, ou pelas inúmeras fragilidades de escolarização básica que ainda enfrentamos.

Segundo Relatório da Comissão Universidades para Indígenas (CUIA, 2019), no ano de 2020, as Instituições Estaduais de Educação Superior (IEES) do Paraná contavam com 221 estudantes indígenas matriculados em sete universidades estaduais, sendo 105 homens e 116 mulheres, indicando que esse grupo se apresenta majoritário no espaço acadêmico. Importante a considerar que a maioria das mulheres indígenas matriculadas é mãe. Do universo de estudantes, 62% são pertencentes à etnia Kaingang, 36,2% são pertencentes à etnia Guarani e 1,8% pertencentes a outras etnias e/ou não informaram. Do total, 52% estão matriculados em cursos de licenciatura em educação.

Um outro dado importante é com relação aos graduados, sendo um marco histórico para os povos indígenas do Paraná. Segundo Relatório da CUIA (2019), até o ano de 2021 totalizavam 101 indígenas formados em seis IEES do Paraná sendo que deste universo 65,3% eram mulheres e 34,7% homens. A maioria das egressas era constituída por mulheres Kaingang que, ao todo, representam 40,6%.

Esta realidade também se apresenta com a presença de pesquisadores indígenas do Paraná em programas de pós-graduação dentro e fora do estado. Segundo dados sistematizados, no Paraná, até o ano de 2021, dos 15 indígenas que alcançaram ingresso no mestrado, 10 são mulheres, havendo, contudo, apenas uma doutoranda indígena matriculada (no universo de quatro doutorandos indígenas). Tal presença e percurso na pós-



graduação revela a necessidade de cotas neste nível formativo sendo algo que se impõe para todas as universidades no país, para impedir a exclusão étnica e racial e propiciar o diálogo intercultural e intercientífico.

Tais percursos sinalizam, de fato, a emergência de novos sujeitos no cenário das lutas e protagonismo dos povos indígenas na condição como “universitários indígenas”, “profissionais indígenas” e “pesquisadores indígenas”. Segundo Amaral (2010) e Amaral, Rodrigues e Bilar (2014), são novos sujeitos marcados pelo seu duplo pertencimento – acadêmico e étnico-comunitário, estabelecendo relações e mediações entre esses dois mundos, com o desafio de manterem seu vínculo orgânico com a luta histórica dos povos indígenas no Brasil.

Entendo que esta nova realidade é reflexo das mudanças ocorridas após a criação de políticas sociais públicas voltadas aos povos indígenas, principalmente desde o ano de 2003. Destaca-se, neste processo, a instituição de políticas afirmativas, sendo uma reparação social diante da dívida histórica do Brasil para com as populações indígenas e negras, viabilizando seu ingresso e permanência em diferentes cursos de graduação e de pós-graduação no país. É urgente a necessidade da elaboração de legislações específicas que tratem exclusivamente da questão indígena, sobretudo, no campo da educação, sendo fundamental para a formação de novos educadores e profissionais indígenas.

Tais ações, experiências e iniciativas na educação superior implicam diretamente na (re)construção da história brasileira que passa a ser contada não aos olhos daqueles que impuseram os processos coloniais, mas, sim, pelos próprios indígenas em aliança com pessoas e organizações não indígenas, sendo os primeiros protagonistas diretos e verdadeiros guardiões, construtores e contadores das memórias de resistência nesse país. Assim, fundamental que nossas narrativas estejam presentes neste território que demarca a produção acadêmica, por isso contemplar nosso modo de olhar a educação superior para o enfrentamento do racismo.

3. AS VIVÊNCIAS NA UNIVERSIDADE SOB A ÓTICA DE UMA ACADÊMICA E PESQUISADORA KAINGANG

Enquanto acadêmica Kaingang, situada no contexto de uma política de educação superior indígena, faz parte do ainda insipiente universo de estudantes e profissionais indígenas matriculados ou egressos da graduação e que ingressaram na pós-graduação nas universidades públicas.



Início meu relato afirmando que, ao longo de décadas, nós, indígenas, que na maioria das vezes, fomos e ainda somos considerados como “objetos” de pesquisa. Agora, aos poucos, estamos nos tornando pesquisadores/as – sujeitos da nossa própria história.

Temos escrito, a partir das nossas próprias vivências, a nossa realidade, por meio do nosso modo de ser, de viver, de educar, de comunicar, de se organizar, de acreditar em forças superiores, na nossa ancestralidade e no poder da natureza, na forma de relacionar, de amar, de lutar e de sentir.

Desse modo, é possível que, daqui a algum tempo, observemos grandes mudanças dentro dos mais diversos espaços onde nós, indígenas, começamos a atuar; talvez mais adiante a sociedade não nos reprima tanto quanto agora e nos respeitem como povo que sabe o que quer e onde quer estar.

Ingressei na Universidade Estadual de Londrina, no início de 2006, no curso de Direito.

A realidade do cotidiano da universidade para nós indígenas, tem sido tempos de descobertas, lutas e resistências. O modo de vida na cidade é o que mais me impacta, muito diferente do meu modo de vida na aldeia; aqui na cidade tudo é vendido, tudo tem preço, não fazem trocas como as que fazemos entre nós na terra indígena.

O tempo é outro, tudo cronometrado, tudo agendado, com hora marcada. Na terra indígena, somos acostumamos a nos encontrar de maneira mais espontânea, temos o hábito de nos visitar, não trancamos as portas de nossas casas. Desse modo, nos tornamos mais próximos, mais íntimos, mesmo que não tenhamos vínculo familiar, entendemos que todos são parentes.

Passado algum, as primeiras dificuldades, inclusive financeiras começaram a aparecer e, muitas vezes, não conseguia suprir as necessidades cotidianas, como alimentação, transporte e moradia. Junto delas, também vieram as questões pedagógicas, os problemas em conseguir contemplar os conteúdos das disciplinas e acompanhar o curso, pois sempre estudei em escola pública e as dificuldades se escancarava dentro da sala de aula. Nos deparamos com estudantes não indígenas vindos de diferentes realidades, sendo parte deles oriundos de escolas particulares e com um ótimo índice de desempenho escolar,

A presença de professores que dispunham de elevada titulação acadêmica sendo mestres, doutores e pós-doutores.

Nos diferentes espaços de lutas dos quais tenho participado, constata-se a existência de falas racistas, no que se refere às vagas indígenas e às cotas raciais, revelando o desconhecimento da dívida social e histórica deste país com o povo negro e o povo indígena. Esses relatos questionam que o nosso ingresso pode acarretar a queda no nível de qualidade dos cursos nas universidades. Neste espaço foi possível sentir toda a força do racismo e discriminação racial de diferentes pessoas; sentia que, em diversas



vezes, o racismo acontecia motivado pela ignorância em não conhecer a realidade dos povos indígenas pela grande maioria daqueles estudantes e professores. Em vários momentos, manifestavam palavras que ofendiam a mim e ao meu povo, isso dentro do espaço acadêmico.

As dificuldades ainda hoje estão presentes na minha trajetória enquanto sujeito dessa realidade histórica e cultural. Após dois longos e difíceis anos vinculada ao curso de Direito, pedi transferência para o curso de Serviço Social, lugar em que fui me encontrando, a partir da leitura crítica orientada por essa graduação, e conhecendo estudantes e professores que passaram a amparar a minha trajetória acadêmica.

O desafio desse percurso ficara ainda maior com a chegada da minha primeira filha me acompanhando nas aulas, por muitas noites, sendo acolhida e embalada por diversos colegas e professores, sempre me respeitando no que se refere ao meu modo de vida no entendimento da criação e maternidade Kaingang.

Depois de ter conseguido concluir a graduação em Serviço Social, tive a oportunidade de trabalhar, no período de um ano, como profissional recém-formada, tendo vínculo como bolsista num projeto de extensão que desenvolveu processos de formação de gestores e professores das escolas indígenas na região norte do Paraná. Nesse projeto, atuei diretamente dentro das escolas estaduais indígenas e nas comunidades indígenas. Essa experiência foi fundamental, contribuiu para a minha formação profissional, mas, principalmente, para a minha formação pessoal, uma vez que retornava para minha comunidade e para a escola onde estudei como uma profissional que atuava na e pela universidade. Também, nesse tempo, chegara minha segunda filha, fazendo com que a vida e os estudos ficassem ainda mais desafiadores.

Na luta e na resistência de todos esses momentos e percursos, me deparei com a possibilidade de ingressar no mestrado.

A pós-graduação para os povos indígenas é um tema muito contemporâneo, pois, no Paraná e no Brasil, são somente 22 anos de experiências de ingresso e permanência de estudantes indígenas nas universidades, enquanto política pública. Dessa forma, incorpore-me do direito em ser a primeira acadêmica indígena, pertencente à etnia Kaingang, a ingressar e concluir um curso de mestrado por um programa de pós-graduação da UEL.

Como relatei anteriormente, também não pensei muito no ingresso para o mestrado; as portas foram se abrindo, com certeza, os longos anos de graduação mais a excelente experiência do projeto de extensão possibilitaram essa inclusão.

Outro fator essencial nesse processo foram os projetos de pesquisa e de extensão voltados à questão indígena. Tornei-me mestranda contemplada por uma bolsa vinculada a um projeto de pesquisa interinstitucional e interestadual financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Esse projeto teve por objetivo



investigar e sistematizar as históricas situações de conflitos e as expressões de resistência política, cultural, linguística e territorial da população Avá-Guarani, fundamentalmente, na região da fronteira oeste paranaense. Ao focar na análise das trajetórias de mulheres Avá-Guarani – foco da minha dissertação –, senti ainda mais minha ancestralidade indígena, com a tarefa de construir conhecimentos que contribuam para a visibilidade afirmativa dos povos indígenas no Paraná e no Brasil, bem como para o fortalecimento de nossas lutas e da nossa resistência.

No começo da pandemia da COVID 19, nasce minha terceira filha, para afrontar e descolonizar ainda mais o ambiente universitário.

Estou lutando para dar conta da maternidade e também das minhas lutas pela universidade. Minha luta Kaingang ancestral. [...] As minhas filhas que nasceram nesse espaço de luta elas acabam sendo minha força. Mas é essencial ter confiança em quem está do meu lado, meus professores, meu orientador. Professores da CUIA, colegas, parentes Kaingang e Guarani que estão presentes na minha vida materna.

Nesse sentido vou interrogando o sistema, pois na maioria das vezes os desejos de muitas mulheres/mães são interrompidos por essa falta de entendimento de que a maternidade e a vida acadêmica podem andar juntos.

O ingresso no doutorado foi possível por meio da Resolução CEPE/UEL n.034/2021, de 01 de julho de 2021, sendo uma política de reserva de vagas para indígenas, negras/os e pessoas com deficiência nos programas de pós-graduação na UEL, onde permaneço pautando e discutindo a questão indígena.

Ainda com o avanço das políticas afirmativas, sinto falta de ver mais estudantes indígenas e negros ocupando esse espaço. Adquirimos aqui novas maneiras de aprendizado, mas também trazemos nossos conhecimentos, ciências, tecnologias e ancestralidade para partilhar com todos

Dentre todo esse processo, ressalto que voltei várias vezes para terra indígena, era lá, e continua sendo, o meu primeiro refúgio, o lugar onde sempre quero estar, porque ainda é lá onde os meus ancestrais estão. É de lá também que trago toda minha força, minha vivência e a minha história. No entanto, a universidade é o lugar onde, ultimamente, mais permaneço. Conseqüentemente, onde quero continuar pertencendo, pois, durante os longos anos de vida acadêmica, tenho aprendido que este também pode ser o nosso lugar.

Nesse caminho, encontrei diversas trilhas que me levaram para muitos outros lugares, que foram alguns anos de idas e vindas entre a chão da aldeia e o asfalto da cidade, mas a resistência e a resiliência continuam permeando esse caminho. Dentre esses percursos percorridos, destaco os encontros e diálogos com várias outras acadêmicas indígenas, mulheres que, como eu, passam a ocupar ainda mais a universidade na perspectiva de reconhecê-lo como também território indígena e, portanto, sem racismos.



4. SER MULHER INDÍGENA NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Na pesquisa de mestrado realizada junto as mulheres Ava-Guarani lideranças que estavam estudando na universidade pude me reconhecer e dialogar intensamente com elas sobre os desafios vivenciados pelo racismo estrutural e cotidiano na educação superior. Foi notório, através dos relatos das entrevistadas, muitas vezes manifestado pela segregação/apartheid de outros acadêmicos que se recusam a conversar, quanto de docentes que acreditam que os estudantes indígenas não devem estar na universidade (PEREIRA, 2019; PEREIRA, 2021). Fundamental então, compartilhar seus relatos para que suas vozes também ecoem neste texto².

Na faculdade, do próprio professor, ele era muito preconceituoso, falava mal dos indígenas, dos negros. Não sei se ele fingia que não sabia que eu era indígena, ele fingia achar que eu era paraguaia, ele falava um monte de coisas feias assim, sobre nós indígenas. Falava dos gays, dos negros, falava muito mal [uma pausa, um choro silencioso] (KUNHA IVOTY, 2020).

[...] eu presenciei alguns preconceitos por parte dos professores, quanto me perguntaram se eu sabia falar português, esse tipo de comentário preconceituoso que sempre presenciamos (KUNHA YVA'I, 2020).

As presenças negra e indígena na universidade evidenciaram o que passamos a reconhecer como racismo estrutural. Mato (2019, p.5) reflete sobre este fenômeno afirmando que:

Este problema, originado en el período colonial, continua vigente. Si bien en algunos países los comportamientos abiertamente racistas hacia estas personas y comunidades son menos habituales, existen desventajas históricamente acumuladas, mecanismos institucionales, prejuicios y prácticas que continúan reproduciendo inequidades. Las expresiones "racismo oculto", "solapado", "no visible", "estructural" y "sistémico" permiten llamar la atención respecto de estos problemas.

Os relatos das entrevistadas demonstra que, séculos depois de iniciado o processo de colonização, ainda predomina socialmente o racismo em relação aos povos indígenas, mesmo no espaço da universidade, onde a difusão do conhecimento e o questionamento do

² Para a pesquisa realizei entrevistas com as mulheres Ava-Guarani estudantes de IEES paranaenses e seus nomes foram substituídos por outros nomes Guarani escolhidos por elas para identificação dos seus relatos, garantindo o anonimato. Todas elas são residentes de terras indígenas, pelos Guarani, chamados de "Tekohas", não demarcados localizados na região Oeste do Paraná. Por serem territórios em processo de retomada, o conflito fundiário na região se apresenta bastante intenso e com profundas expressões de racismo e violência por parte de fazendeiros contra as comunidades indígenas nestas localidades.



senso comum devem ser imperativos. Nesse espaço também é ainda muito difundido a ideologia da “democracia racial”, baseado em uma concepção da meritocracia de acesso à educação superior. Nessa ideologia é comum abordar a questão das cotas (para estudantes indígenas e negros) como uma “benesse”, desconsiderando a dívida histórica da sociedade brasileira para com as populações afrodescendentes e os povos indígenas.

Para Almeida (2019), o racismo se materializa como discriminação racial por seu caráter sistêmico, não é um ato ou conjunto de discriminação, mas de um processo em que as condições de privilégio e de subalternidade que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem na política, economia e nas relações cotidianas.

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p. 32)

Isso se evidenciou durante as visitas nos tekohas do oeste do Paraná e também diante dos diálogos e relatos das entrevistadas, percebemos que as dificuldades se perpetuam em meio as expressões de racismo vivenciadas por elas no dia a dia, alicerçados em diversos discursos racistas pela população não indígena das cidades daquela região, orientados pelos interesses dos fazendeiros daquelas localidades, causando inclusive assassinatos de indígenas (PEREIRA, 2019).

As pessoas que não conhecem as comunidades indígenas têm muito preconceito da gente. O pessoal de fora, eles não procuram saber da realidade de nós indígenas e das comunidades, eles agem e acham que estão fazendo certo. Então houve vários tipos de preconceito e desrespeito com nós, principalmente, mulheres indígenas e não indígenas também porque sempre teve e continua esse tipo de coisa (KUNHA TAKUA, 2020).

Nesse sentido, entendo fundamental a formação de professoras indígenas para atuar nas escolas indígenas numa perspectiva crítica e intercultural, no ambiente universitário. Pela minha vivência, enquanto estudante da escola da comunidade indígena e depois da escola da cidade, reconheço que a educação escolar ofertada para nós, na maioria das vezes, não nos reconhecia como estudantes indígenas não respeitavam nossas especificidades, nosso tempo e, principalmente, nossa identidade. Diversas vezes sofríamos racismo nesse espaço, pelo fato de sermos indígenas.

É importante ter uma escola dentro da comunidade também porque fora da terra indígena, na escola do branco eles sofrem preconceito, então nessa parte de ter uma escola dentro da terra indígena é importante. As crianças que estão na fase mais frágil que é do pré até o quinto ano, eles conseguem estudar dentro da terra indígena, ficar mais próximo da sua comunidade. Nessa trajetória, percebemos o quanto é importante ter uma escola estadual dentro da comunidade para que o estudante consiga terminar o ensino médio e para que não tenhamos muitas



desistências. Porque a escola fora da aldeia tem muito preconceito. (KUNHA YVA'I, 2020).

Atualmente, isso ainda acontece, no entanto, a inserção de escolas estaduais indígenas dentro das comunidades vem mudando essa realidade. As escolas das terras indígenas estão sendo reconhecidas, principalmente quando os profissionais são indígenas, pois os mesmos conhecem as dificuldades a serem enfrentadas no cotidiano das comunidades, por isso torna-se fundamental o papel da universidade na formação dos professores indígenas.

Assim como na universidade, a escola também se tornou um lugar de luta e, ao mesmo tempo, um lugar de prestígio perante a comunidade indígena, fazendo com que muitos dos universitários e professores indígenas que ali trabalham se tornem de alguma maneira lideranças no espaço escolar e, conseqüentemente, dentro e fora da comunidade, seja na produção de documentos ou na própria luta pela melhoria e valorização da educação escolar indígena numa perspectiva antirracista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda na atualidade, convivemos com o profundo desconhecimento sobre a realidade dos povos indígenas, bem como dos aspectos essenciais dos seus diferentes modos de vidas e de organização social, fato este ainda gerador de visões preconceituosas sobre nossas populações.

O texto intencionou os diálogos entre as minhas vivências enquanto mulher e pesquisadora Kaingang com as mulheres Avá-Guarani acadêmicas e egressas da educação superior no processo de resistência política do grupo étnico, mirando a universidade e refletindo as diversas expressões de racismo existentes neste espaço formativo. O texto evidencia não somente os resultados da pesquisa acadêmica que realizei, mas, sobretudo, o compromisso conjunto e constante para visibilizar afirmativamente as lutas dos povos indígenas dentro e fora da universidade.

Assim como as demais universitárias indígenas no país, as mulheres Avá-Guarani passam a protagonizar as recentes políticas afirmativas dos povos indígenas na educação superior brasileira, destacando o ineditismo do Paraná por ser pioneiro a implantar uma política de ingresso e permanência em universidades públicas no Brasil.

Apesar das fragilidades e desafios ainda existentes, é importante evidenciar o avanço das políticas educacionais voltadas aos povos indígenas, seja na educação básica e superior, abrindo possibilidades para diversos espaços profissionais, bem como provocando mudanças nas realidades e nos coletivos indígenas. A presença das mulheres indígenas



nesse processo tem sido imprescindível no fortalecimento das suas identidades étnicas, suas culturas, suas línguas, costumes, crenças e, principalmente, das memórias ancestrais e na resistência dos seus povos e comunidades. Presença que denuncia, de forma coletiva, as diversas e históricas marcas da exploração capitalista sobre os povos indígenas seja pela constante usurpação dos seus territórios, seja pelas expressões patriarcais, machistas e racistas que insistem em desqualificar estas e estes sujeitos.

A partir das incursões que realizei por meio da pesquisa nos tekohas da região oeste do Paraná e ao ser acolhida pelas mulheres Avá-Guarani, podendo observá-las e ouvir as suas vozes, principalmente das entrevistadas, constatei o desafio por elas vivenciados, assim como a sua bravura.

Ser mulher Avá-Guarani, sobretudo em uma região em constante conflito por questões fundiárias, é um grande desafio. Mulheres Avá-guarani que lutam pelo ingresso e permanência na educação superior pública e, conseqüentemente, por formação profissional, livre do racismo que teima subalternizar a todas nos. Mulheres que lutam pela educação escolar indígena bilíngue, intercultural, diferenciada, específica e comunitária, envolvendo toda a comunidade a fazer parte desse espaço, afirmando a importância de uma educação e de uma formação antirracista

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro).

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

AMARAL, Wagner R. A Comissão Universidade para os Índios (CUIA) do Paraná: uma experiência inédita de ação interinstitucional de política pública de educação superior indígena no Brasil, In: MATO, D. (Org.), **Educación superior y pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: colaboración intercultural: experiencias y aprendizajes**, Sáenz Peña: Universidad Nacional Tres de Febrero, 2019.

AMARAL, Wagner R.; FRAGA, Leticia; RODRIGUES, Isabel C. (Org.). **Universidade para indígenas: a experiência do Paraná**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2016.

AMARAL, Wagner R.; RODRIGUES, Michele A.; BILAR, Jenifer A. B. Os Circuitos de Trabalho Indígena: Possibilidades e desafios para acadêmicos e profissionais Kaingang na gestão das políticas públicas. **Revista Mediações**, v. 19, n.2, Londrina, 2014, p. 129-145. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/issue/view/1065>

COMISSÃO UNIVERSIDADE PARA OS ÍNDIOS – CUIA. **Relatório do vestibular dos povos indígenas**. 2020. Disponível em: http://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/relatorio_vestibular_indigena.pdf.



FARIAS, Osmany B.; BROSTOLIN, Marta R. **Políticas de inserção indígena na Universidade**: o significado da formação superior para os acadêmicos indígenas Terena da UCDB. Campo Grande, 2016.

MATO, Daniel A. Racismo y Educación Superior en América Latina. **Colección Apuntes**, (1), Cátedra UNESCO Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina, UNTREF. 2019

LUCIANO, Gersem J. S.; AMARAL, Wagner R. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. **Integración y Conocimiento**: Córdoba, v.2, n.10, p.13-37, 2021. Disponível em:
<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/34069>

PEREIRA, Gilza F. S. F. **Mulheres Avá-Guarani no Oeste do Paraná**: a educação superior indígena enquanto espaço de resistência. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2021.

PEREIRA, Gilza F. S. F.; AMARAL, Wagner. R.; Relatando uma experiência de pesquisa e de luta no movimento social indígena, vivenciada por uma estudante indígena na pós-graduação. In: AMARAL, W. R.; ICHIKAWA, E. Y. (Org.). **Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no oeste do Paraná**: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.